

---

## **15. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM QUESTÕES DE GÊNERO NA MINUSTAH: UMA REFLEXÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAZ**

Laís de Oliveira Carvalho<sup>1</sup>

### **Introdução:**

No âmbito das Relações Internacionais a discussão sobre questões de gênero trazida pelas abordagens feministas tem ganhado destaque no período pós-Guerra Fria. O assunto ainda é muito negligenciado por boa parte da produção teórica em especial no que envolve segurança internacional. Desde a década de 1990, a Organização das Nações Unidas tem tentado mudar essa realidade estabelecendo uma relação entre gênero e Operações de Manutenção da Paz (OMP). O auge dessa mudança no debate veio com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU em 2000. A partir desse momento, inicia-se um incentivo a uma maior participação das mulheres nas OMP, um entendimento de que o impacto dos conflitos armados em mulheres e homens é diferente e para a construção de uma paz sustentável esse aspecto deve ser levado em conta.

A *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* (MINUSTAH) é considerada uma das maiores Operações de Paz da ONU e foi criada em resposta a crise política e institucional no Haiti após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004. A proteção de civis é um dos propósitos da missão de acordo com a Resolução 1529 e medidas para mudar a condição de vulnerabilidade das mulheres haitianas são empregadas na reconstrução do país. Várias outras resoluções seguiram a 1325 sobre gênero e operações de paz, e durante o período de duração da Minustah muitas ações previstas nestes documentos foram empregadas. Tal fator não impediu que existissem casos de violência baseada em gênero e negligência provenientes de soldados e funcionários da ONU. Considerando a intensa participação brasileira no emprego de soluções pacíficas e negociadas nos litígios internacionais e sua colaboração significativa de liderança na Minustah, o presente

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais – UFS. E-mail: [lais.oliveirac@live.com](mailto:lais.oliveirac@live.com)

trabalho pretende demonstrar o papel do Brasil na Operação de Manutenção da Paz no Haiti com enfoque nas questões de gênero. A presença e maior efetividade de ação das mulheres em missões de paz é pauta da agenda de segurança da Organização das Nações Unidas sob o título de ‘mulheres, paz e segurança’, que demonstra a importância destas no processo de consolidação da paz. E o Brasil reconhece a necessidade – ainda que timidamente - de incluir provisões sobre a violência baseada em gênero em acordos de paz e outros arranjos pós-conflito, promove ações desse tipo no Haiti.

Portanto para tais fins, o artigo será dividido em três partes. Num primeiro momento pretende-se examinar a posição da ONU sobre as questões de gênero em suas operações de manutenção de paz por meio das resoluções do Conselho de Segurança e das ações promovidas pelo organismo internacional pró-equidade de gênero. Logo após será feito um breve histórico sobre a MINUSTAH e a presença brasileira na mesma. Por fim, um estudo sobre como o Brasil se insere nesse contexto, através do envio de contingente feminino para o Haiti e de práticas que influem positivamente no empoderamento e proteção das mulheres haitianas.

Pretende-se provocar, então, uma reflexão sobre o papel da mulher na promoção da paz, saindo do estereótipo de vítima e tomando parte do movimento em prol das temáticas de gênero. E, a partir disso, perceber os desafios que o Brasil tem de enfrentar no que tange à representação quantitativa e qualitativa feminina nas missões de paz futuras e à participação das mesmas no processo de construção e manutenção da paz.

## **1. Implementação das questões de gênero nas operações de paz da ONU**

A ONU afirma no site do Department of Peacekeeping Operations que a manutenção da paz é "um instrumento único e dinâmico desenvolvido pela Organização como uma maneira de ajudar os países afetados por conflitos a criarem as condições para uma paz duradoura"<sup>2</sup>, outrossim com o tempo esse mecanismo internacional foi modificado, substituindo atividades puramente militares por uma gama de tarefas multidimensionais. Dentre essas novas abordagens está a questão de gênero, ainda recente dentro dos debates da disciplina de Relações Internacionais, Campos (2012) afirma que a violência contra o gênero, por exemplo, é tratada como fora do escopo político internacional devido às dualidades doméstico/privado,

---

<sup>2</sup>Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/about/dpko/>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

internacional/público. Segundo Rebelo (2011, p.22), a experiência das mulheres foi negligenciada na disciplina de RI pois “para os primeiros pensadores, as guerras eram concebidas como disputas entre homens, resolvidas por homens e contada por homens”. Porém, com o uso da violência contra a mulher como arma de guerra dentro do contexto da Guerra Fria, foi aberta a discussão para as questões de gênero nas missões de paz criando dispositivos para ampliar a participação e proteção da mulher no âmbito das Nações Unidas.

Na Carta da ONU a igualdade de gênero é pregada através da não discriminação entre sexo quanto a elegibilidade de seus participantes e no tocante ao respeito aos direitos humanos. Assim, o reconhecimento pelas Nações Unidas de que a mulher desempenha um papel essencial e importante na dinâmica dos conflitos e também na construção da paz, foi consagrado pela agenda ‘Mulheres, Paz e Segurança’. Essa agenda é um símbolo nas políticas pró-equidade da ONU, a primeira vez que a promoção da igualdade de gênero é tida como elemento primordial da estratégia, da promoção da paz. (GIANINNI, 2015). Sobre a aplicação do *Gender Mainstreaming* nas OMP, Rebelo (2011, p.15) cita o conceito do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) de Integração de Perspectivas de Gênero:

processo de avaliação das implicações para homens e mulheres de qualquer ação planejada, inclusive leis, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer com que os interesses e as experiências de homens e mulheres sejam levados em consideração no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais de modo que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue. (OLSSON, 2000, p. 6).

Por conseguinte, percebendo que mulheres e homens tem necessidades e são impactados de forma diferente pelo conflito e que aquela está mais vulnerável a sofrer violência baseada em gênero, o Conselho de Segurança aprovou sete resoluções sobre o tema. Tais documentos tratam de medidas para combater a violência sexual em conflitos, propõe ações para que Estados membros, a ONU, as outras partes envolvidas e os governos locais promovam a proteção a mulheres e o empoderamento das mesmas na sociedade. Para a RESDAL, em seu documento *Engendering Peacekeeping: The cases of Haiti and Democratic Republic of Congo*, a relação entre gênero e operações de paz está relacionada a não só a resolução de conflitos, mas também à democratização da sociedade.

Tendo isso em vista, a resolução 1325 foi de essencial importância no incremento da participação de mulheres em todas as etapas dos processos de paz e resolução de conflitos. A mulher não é apenas a vítima de violência sexual, ela participa militarmente, diplomaticamente e também como civil das operações de paz. O documento mostra a

necessidade de incorporar uma perspectiva baseada em gênero em todas as operações de paz e requer que os Estados: aumentem o número de representantes femininas nos níveis de decisão nacionais e internacionais para a prevenção, gerenciamento e resolução do conflito; disponibilizem treinamento às mulheres possibilitado pelo aumento de financiamento voluntário; introduzam durante as negociações e acordos de paz as necessidades especiais de mulheres e meninas na reconstrução pós-conflito. (ONU, 2000).

Dentre os motivos para que haja uma maior parcela de mulheres nas OMP está o empoderamento feminino na comunidade de acolhimento, a defesa dos direitos das mesmas, abordar as necessidades específicas de mulheres, fornecer modelos para as cidadãs na comunidade e proporcionar uma maior sensação de segurança para as populações locais, incluindo mulheres e crianças, entre outros. Além disso, segundo a diretora-executiva da ONU Mulheres “De acordo com o “Estudo Global sobre Mulheres, Paz e Segurança”, países com menores níveis de desigualdade de gênero são menos propensos a recorrer ao uso da força; a segurança das mulheres é um dos indicadores mais confiáveis sobre a paz em um Estado;”<sup>3</sup>

A exemplo da Resolução 1325, mais 6 foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU. A primeira delas a 1820 foi aprovada em 2008 e reforça a condenação ao uso de violência sexual como arma de guerra e declara isso um crime de guerra, aponta também para a importância do treinamento das tropas para lidar com essas questões. No ano de 2009 mais duas resoluções surgiram, a 1888 e 1889, que tratam respectivamente de responsabilidades do Secretário Geral em incorporar uma representação social das mulheres nos conflitos armados, enfatizar a necessidade da participação da mulher em todas as fases do processo de paz e se certificar que o mandato da missão contenha previsões específicas de proteção de mulheres e crianças. A próxima de número 1960, adotada em 2010, reafirma que a violência sexual como tática de guerra pode piorar e prolongar as situações dos conflitos armados, portanto esse tema deve ser tratado com atenção. As duas últimas datam do ano de 2013, a 2106 e 2122 que abordam a questão dos contingentes policiais e militares e seus papéis em desempenhar o que está previsto nessas resoluções enfatizando também a falta de dados, informações e análises sobre a liderança e participação feminina na resolução do conflito. A partir desses documentos é perceptível a emergência cada vez maior desse assunto e o reconhecimento de sua relevância.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-defende-papel-chave-das-mulheres-na-prevencao-de-conflitos/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29](https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-defende-papel-chave-das-mulheres-na-prevencao-de-conflitos/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29)>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

---

No Haiti, as ações da ONU neste campo enfrentaram grandes desafios, Rial (2013) afirma que existem duas situações complicadas sobre gênero no Haiti. A primeira está ligada aos aspectos culturais, legais e sociais que negligenciam a mulher a um papel totalmente dependente da figura masculina. O outro problema se dá pela falta de representatividade pública da mulher na política o que dificulta a criação de mecanismos que a defendam. Apesar das dificuldades apresentadas as resoluções provocaram mudanças tanto na sociedade haitiana, como nas que contribuíram com a execução da missão. Após o terremoto em 2010, a violência contra as mulheres e a necessidade de salvaguardá-las foram efetivamente incluídas no mandato da missão, influenciando assim o planejamento e a implementação de ações de proteção e empoderamento. (GIANINNI, 2015).

Outro problema no Haiti é a falta de confiança da população nos *peacekeepers* da ONU. Donadio e Rial (2015) relatam que um fator que define a confiança são as patrulhas. Os cidadãos locais reclamam que não há patrulhas o suficiente ou que elas são realizadas sempre no mesmo horário tornando os intervalos entre elas momentos perigosos. No que diz respeito à mulher, os horários em que elas mais foram vítimas de violência segundo dados de RESDAL (2015) foi à tarde, horário com menos patrulha. Portanto, é preciso atentar para que se tenha mais patrulhas e que mulheres participem delas para aumentar a confiança da comunidade nos soldados e policiais da ONU.

Ademais outro fator que pesa na falta de confiança é a polêmica ligada aos casos de violência praticados pelos participantes da ONU na missão. Há vários casos de violência não resolvidos, não punidos e até mesmo negligenciados pela organização. Só em 2015 foram denunciados 99 casos de abusos cometidos por soldados e funcionários das Nações Unidas em todas as missões, incluindo a do Haiti. (BBC BRASIL, 2016). De acordo com dados do *Concertation Nationale* citados por Rial (2013), entre 2002 e 2011, 19.658 casos de violência contra a mulher foram denunciados, para a sociedade haitiana que já convive com a violência, vivenciá-la também por parte dos membros da missão se torna inaceitável. Um relatório da ONU mostrou que no Haiti agentes da operação de manutenção de paz praticaram sexo sob pagamento de remédios e alimentos com 225 mulheres, muitas delas menores de idade.<sup>4</sup> Os casos de exploração sexual geralmente estão ligados à troca por comida e mantimentos o que torna a situação ainda mais detestável.

---

<sup>4</sup>Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/agentes-da-onu-participavam-de-atos-de-prostituicao-no-haiti-revela-relatorio-10062015>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

É visível a relação complicada entre uma força militar estrangeira em uma sociedade vulnerável como a haitiana. A ONU não tem poder para julgar os casos e mais de 200 acusações de abuso sexual continuam sem solução. Os soldados são julgados em seus países e na maior parte dos casos são repatriados à exemplo do que ocorreu com dois soldados brasileiros depois de uma haitiana acusá-los de estupro dentro de uma base militar. (AMARAL; VIANA, 2011). Todos esses fatores geram descrença na missão e ao mesmo tempo mostram a necessidade de que se implemente as resoluções sobre mulheres, paz e segurança para que tais situações sejam evitadas e punidas.

Apesar dos avanços da ONU em relação a inclusão de questões de gênero em suas operações de paz há muitos desafios a serem enfrentados principalmente no que diz respeito às vontades políticas estatais.

Diante da falta de entendimento e muitas vezes de vontade política por parte dos Estados-membros, a promoção desta perspectiva no terreno é um enorme desafio. São praticamente inexistentes referências às necessidades específicas de mulheres em acordos de paz, bem como a inclusão de uma perspectiva de gênero antes, durante e depois deste processo. São fundamentais a inclusão de mulheres em negociações de paz e a inserção, nos acordos de paz, de suas necessidades específicas. Não só pelo direito de participar, mas por sua própria capacidade enquanto agente de paz e por trazer questões que muitas vezes são deixadas de lado. (GIANINNI, 2015).

Portanto, é possível verificar que as políticas de gênero da ONU realizam um trabalho fundamental para inserção das mulheres como agentes dos processos de paz, mas ainda precisam ser consolidadas e devidamente implantadas nas OPMs. Especialmente em sociedades como a haitiana, nas quais as mulheres são oprimidas e excluídas das possibilidades de trabalho e de educação.

## **2. A Minustah e a participação brasileira**

Localiza-se no continente americano a mais importante contribuição brasileira às missões de paz: trata-se da participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, MINUSTAH. A Minustah, criada em 29 de fevereiro de 2004, foi uma resposta do Conselho de Segurança à crise política e institucional que se instalou no Haiti após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide. Essa renúncia aconteceu por meio de pressões dos governos francês e estadunidense após as tensões entre opositores do líder haitiano e seus aliados ocasionarem conflitos civis e falência do estado. Tal conflito é proveniente dos resultados contraditórios e polêmicos das eleições de 2000 que levaram Aristide ao poder pela segunda

---

vez em um clima de intensa disputa. (BRACEY, 2011). A Resolução 1529 afirma que o propósito da missão é monitorar e reestruturar a polícia nacional haitiana; ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração das milícias armadas; restaurar e manter o Estado de direito; e proteger o pessoal da ONU e os civis locais.

A forma de agir brasileira sobre a temática de operações de paz está intensamente ligada à evolução histórica da política externa do país e ao paradigma do pacifismo brasileiro. Segundo Salvador (2007, p. 6), “o Brasil como um dos membros fundadores da Liga das Nações e posteriormente das Nações Unidas sempre buscou contribuir efetivamente para a manutenção da paz e da segurança internacional”. Ademais, a atuação brasileira em missões de paz corrobora com que está escrito na Constituição Federal (1988), no artigo 4, acerca dos princípios que regem as relações internacionais – prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, defesa da paz, solução pacífica de conflitos, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade são alguns deles. Na Política de Defesa Nacional esse tipo de ação também está pautada, portanto é possível concluir que a participação brasileira neste tipo de atividade consiste em um instrumento de política externa.

De acordo com o Departamento de Operações de Manutenção de paz da ONU (DPKO), o Brasil ocupa a 14ª posição, entre os países que mais colaboram com as missões de paz. Ao todo, o Brasil já participou de mais de 30 missões das Nações Unidas, tendo enviado cerca de 27 mil militares ao exterior. Atualmente, 1.743 militares brasileiros das três Forças participam de nove missões de paz ao redor do mundo conforme informações do site do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). O Brasil se orgulha da sua participação em atividades desse tipo, segundo o Itamaraty, aliado ao exemplar desempenho dos militares, policiais e civis brasileiros, essa atuação tem permitido ao país contribuir para um sistema internacional mais próximo dos ideais de paz, justiça e cooperação.

A participação do Brasil em operações de paz além de ser um cumprimento das obrigações internacionais no âmbito da paz e da segurança internacional, assumida pelos membros da ONU, contribui para a projeção do país e para o estreitamento das relações com países e regiões de particular interesse político ou econômico. (SALVADOR, 2007). Segundo Bracey(2011), acredita-se que a atuação nas missões aumentará o prestígio internacional e a projeção de poder econômico e político do país,o que se associa ao objetivo de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O treinamento especializado, resultando em um aprimoramento das tropas, também é um motivo levado em conta, principalmente pelos países em desenvolvimento.

A convite da ONU, desde o segundo semestre de 2004 o Brasil exerce o comando militar da MINUSTAH, atualmente comandada pelo General Ajax Porto Pinheiro. É a missão mais latino-americana da história das operações de paz da ONU, conta com a participação de 13 países dessa região. O Brasil até 2008 era o principal contribuinte de tropas, com cerca de 1.430 militares e 10 policiais no terreno. (SEITENFUS, 2008). De acordo com Bracey (2011), a missão de paz no Haiti legitima a aspiração brasileira por um status de hegemonia regional dentro da América Latina e essa seria uma das razões para o envolvimento do Brasil, visto que, por liderar a missão, o país se tornou o representante mais visível da crescente influência internacional da região. A pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança através da reforma do mesmo, talvez seja o principal fator responsável pelo papel do país na missão. (SALVADOR, 2007).

Apesar de não ter um histórico significativo de protagonismo em intervenções externas, militares brasileiros foram cedidos para ocupar o posto de Force Commander na MINUSTAH, que é uma posição-chave, mostrando assim a confiança depositada no Brasil. Além da contribuição militar à MINUSTAH, o Brasil tem procurado aumentar a cooperação técnica e humanitária com o Haiti, com vistas ao desenvolvimento do país, inclusive participa do ECOSOC em que desenvolve projetos com esse objetivo. A Companhia de Engenharia Militar brasileira tem participado nesse sentido de atividades como perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas – além de atuar em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto de 2010. (ITAMARATY).

Ademais, dentro de um dos objetivos da operação, o de tornar possível a livre expressão da vontade do povo haitiano na escolha de seus novos dirigentes, o Brasil exerceu importante papel auxiliando na criação da infraestrutura necessária para o exercício da democracia. A relevância do país dentro da missão é tão apreciada que o presidente eleito, René Préval, reconheceu a importância da contribuição brasileira para a construção da democracia em seu país e sua segunda viagem internacional foi feita ao Brasil. (SEITENFUS, 2008). Vê-se, portanto a importância da mediação brasileira no Haiti.

### **3. A experiência brasileira na promoção do gênero na Minustah**

Como demonstrado no tópico anterior, o Brasil ocupa um lugar de destaque na missão de paz no Haiti, contudo no caminho para a conquista de prestígio internacional é essencial



que ele também desempenhe ações com base na Resolução 1235. O Brasil reconhece que a violência baseada em gênero afeta a paz e a segurança internacional. A partir desse reconhecimento são promovidas atividades de proteção e projetos de cooperação técnica focados na prevenção da violência sexual. Porém, muitas vezes essas ações tendem a estereotipar a mulher como vítima e a presença da mulher nesses mecanismos de consolidação da paz deve ser em todos os processos.

Na MINUSTAH, as mulheres começaram a fazer parte das tropas brasileiras em 2006 - desde então, 124 mulheres do Exército estiveram naquele país como médicas, dentistas, enfermeiras, tradutoras e engenheiras. Em 2014, em um contingente de 1.420 brasileiros no Haiti, há somente 14 mulheres, ou 1%. (GIANINNI, 2014). Um fato importante a ser percebido é que, em sua maioria, elas são do setor de saúde e administração, com contato limitado com a população. A assistência de mulheres em um contingente facilita o acesso às vítimas e oferece também um modelo de igualdade de gênero para as mulheres locais, além de aumentar a capacidade de lidar com este problema por meio de uma perspectiva feminina. Gianinni (2014, p. 16) afirma que:

Conforme as resoluções sobre “mulheres, paz e segurança” da ONU, a presença das mulheres no terreno não corresponde somente a um direito baseado na igualdade de gênero, mas também a certas necessidades operacionais, que vão desde o imperativo de contar com mulheres militares para revistas de rotina até o contato com mulheres locais vítimas de violência baseada em gênero. A presença de mulheres uniformizadas em patrulhas oferece também um importante modelo para a sociedade local, servindo como exemplo de igualdade entre homens e mulheres. Apesar da ausência de combatentes brasileiras no terreno, em condições estáveis elas são autorizadas a participar de patrulhas e exercem um importante papel como profissionais da saúde quando as tropas oferecem serviços médicos e odontológicos à população.

Essa pouca participação feminina em atividades militares de mais contato com a população reflete a questão da inserção das mulheres nas Forças Armadas e a restrição de funções e atividades que podem ser desempenhadas por elas. Elas não têm oportunidades iguais de ingresso e possuem acesso limitado a certas armas e especialidades. Segundo Campos (2012, p.71),

As construções de gênero, portanto, permeiam não apenas a construção do Estado, mas também a própria constituição do militarismo a ele associada. Vale destacar que o militarismo não apenas depende das construções de gênero, mas também ajuda a reproduzi-las no seio do Estado, em tempos tanto de guerra quanto de paz.

Por conseguinte, é necessário que o Brasil amplie sua política de inserção das mulheres nas Forças Armadas e reveja as limitações impostas a participação da mesma para que assim possam participar ativamente das operações de manutenção de paz.

Apesar das limitações, o Brasil desenvolveu iniciativas importantes que promovem a igualdade de gênero no Haiti como a prioridade dada a tradutoras mulheres para falar com a população, principalmente mulheres e crianças. Além disso, são promovidas ações de rápido impacto que beneficiam e empoderam mulheres como cursos profissionalizantes, palestras sobre saúde e direitos das mulheres, estímulo a educação, entre outras. Procura-se também ampliar o contato de militares brasileiras com a população haitiana através de atividades como a prestação de serviços de saúde e o estímulo à prática de esportes. (GIANINNI, 2015). Institucionalmente o Brasil apoia a Unidade Móvel de Gênero, especializada na atenção à vítimas de violência sexual e baseada em gênero nos campos de deslocados internos e também a clínica da Defesa Civil montada dentro de uma das bases brasileiras, que já recebeu muitas vítimas de violência contra a mulher. Após o terremoto, as atividades de proteção começaram a incluir no mandato específico de proteção, mais patrulhas em áreas que poderiam conter risco para mulheres, como os campos de deslocados e certos bairros da cidade. Estas atividades são de extrema importância, pois conscientizam, empoderam e protegem a cidadã haitiana, e inferem diretamente sobre a própria defesa delas e sobre a prevenção da violência.

A cultura brasileira para missões de paz foca no envio do contingente militar enquanto os policiais brasileiros carecem de articulação diplomática e não tem um plano de carreira bem definido dentro da missão além da inexistência de um projeto nacional para o emprego de policias militares brasileiros no campo da paz e segurança internacional. Na MINUSTAH, a contribuição policial brasileira aconteceu logo nos primeiros meses da missão e eles faziam patrulhas, investigavam e desarmavam gangues e treinavam a polícia haitiana. Após o terremoto passaram a desempenhar novas funções como participação como instrutores na Academia de Polícia Nacional, na Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Seção de Operações, Seção de Projetos, Planificação e Políticas, na Unidade de Gênero (atendimento a vítimas de exploração sexual e violência doméstica) e na Coordenação de FPU. (NETO, 2015). É importante ressaltar que essas últimas duas funções foram realizadas pelas primeiras policiais femininas brasileiras na MINUSTAH.

Em 2014, havia 17 policiais brasileiros desdobrados em missões. Destes, 12 estão no Haiti e dentre eles apenas 3 são mulheres. (GIANINNI, 2015). Apesar do número pequeno em relação às mulheres militares, as policiais não têm restrições no que tange à atuação, pois legalmente suas funções são as mesmas dos homens. As policiais brasileiras atuam em campo

---

de deslocados para evitar a violência contra as mulheres através da Unidade Móvel de Gênero e uma das policiais, a Capitã da Polícia Militar do Distrito Federal, Daniela Natália Teixeira é a primeira mulher brasileira que dirige uma tropa policial das Nações Unidas para contenção de distúrbios civis, representando assim uma mudança importante e essencial para as missões de paz. Ela afirma que a mulher é essencial principalmente quando você está em contato direto com a comunidade, pois as mulheres e meninas haitianas conseguem ver através da mulher policial internacional uma possibilidade de prospecção no futuro.<sup>5</sup>

A presença de mulheres policiais brasileiras em operações de paz esbarra no obstáculo da ausência de uma política nacional de envio de policiais tanto homens como mulheres para as missões das Nações Unidas e inexistência de políticas específicas voltadas a motivar a participação e incentivar o envio de mulheres policiais, conforme a Resolução 1325. (NETO, 2015).

### **Considerações finais:**

Após 15 anos, a implementação efetiva das políticas de gênero previstas da Resolução 1325 é questionada e ainda tem muitos desafios a enfrentar. Há uma dependência considerável de questões internas tanto dos países de origem dos contingentes participantes da missão – como a inserção de mulheres nas forças armadas –, quanto do país receptor desta o que torna a criação de uma solução mais difícil. Ademais, os países que participam da operação estão preparados para enviar contingente militar e policial, mas tal contingente não é treinado para resolver todas as particularidades da operação em questão demonstrando assim a necessidade de treinamento por parte da ONU. Não só o número de mulheres participando das OMPs devem aumentar, mas elas também precisam estar presentes em todos os momentos do processo de construção e manutenção da paz, exercendo todas as funções, inclusive de liderança, o que não é comum. As próprias ações das mulheres são deixadas de lado, de acordo com Goldstein (2001, apud REBELO, 2011, p. 28):

a relação entre masculinidade e guerra implica que os homens tenham seus feitos registrados e a participação feminina seja negligenciada. Assim apesar de desempenhar funções cruciais para o bom funcionamento do sistema militar a subordinação define o relacionamento das mulheres com os militares.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/entrevista-brasileira-na-onu-fala-do-emprego-de-mulheres-para-conter-disturbios-civis-no-haiti/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015

Este fator torna a pesquisa sobre o tema mais difícil pela quase ausência de relatórios e documentos sobre a participação feminina.

Há ainda quem ache que a visão de gênero da ONU reforça estereótipos da mulher como vulnerável e pacífica por essência, pois não discute as barreiras ideológicas e culturais que constroem a atuação plena de mulheres em todos os cargos e funções. Apesar de todas estas problemáticas é importante considerar que as resoluções da agenda Mulheres, Paz e Segurança foram extremamente importantes para considerar o papel feminino nos conflitos armados.

Diante desse contexto, o Brasil, apesar dos muitos obstáculos que tem a enfrentar na promoção do gênero em sua participação nas missões de paz, e também internamente nas forças armadas e corporações policiais, já teve notáveis avanços nessas questões. O Brasil reconhece a importância da agenda ‘Mulheres, paz e segurança’ da ONU e participa de debates abertos sobre ela dentro da organização. Ademais, a delegação brasileira na ONU identifica a precisão de incluir questões sobre a violência baseada em gênero em acordos de paz e outros acordos pós-conflito. Há também uma crescente discussão entre os órgãos do governo para proporcionar avanços da equidade de gênero nas diferentes instituições do Estado brasileiro. O país também inclui em algumas de suas ações recomendações que estão na Resolução 1325, principalmente as que tratam do combate à violência sexual como arma de guerra. Estes avanços repercutiram nas ações internacionais do país e colaborarão para as ações de manutenção e consolidação da paz.

#### **Referências:**

AMARAL, Marina; VIANA, Natalia. Abusos de membros da missão no Haiti ficaram sem punições. **Rede Brasil Atual**. 27 set. 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2011/09/parte-iii-mais-abusos-menos-punicoes>>. Acesso em: 08 de abril de 2016

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Militares brasileiras exaltam experiência de atuar em missão no Haiti**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e>>

---

seguranca/2013/10/militares-brasileiras-exaltam-experiencia-de-atuar-em-missao-no-haiti>.  
Acesso em: 19 de nov. de 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.** Disponível em:  
<[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=142:minustah&catid=216&lang=pt-BR&Itemid=435](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142:minustah&catid=216&lang=pt-BR&Itemid=435)>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Operações de Paz das Nações Unidas.** Disponível em:  
<[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4780&catid=215&Itemid=435&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4780&catid=215&Itemid=435&lang=pt-BR)>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. Gênero ou Feminismo? As Nações Unidas e as Políticas de Gênero nas Operações de Paz. IN: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (orgs.). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado:** entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Missões de Paz em andamento.** Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

DONADIO, Marcela; RIAL, Juan. **The Woman, Peace and Security Agenda in the Year of its Review: Integrating Resolution 1235 into the Military and Police.** Argentina: RESDAL, 2015.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarisseda. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz nas Nações Unidas.** Brasília: Funag, 1999.

GIANINNI, Renata Avelar. Da política a implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. IN: HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). **Brasil e Haiti:** reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Artigo Estratégico n. 13. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. Disponível em: <[http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13\\_Brasil-e-Haiti.pdf](http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf)>. Acesso em 20 de nov. de 2015.

GIANNINI, Renata. **Promover gênero para consolidar a paz:** a experiência brasileira. Artigo Estratégico n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014. Disponível em: <<http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-9-Promover-G%C3%AAnero-e-Paz-web3.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução 1325**, de 20 de 31 out. 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000))>. Acesso em 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1529**, 29 fev. 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1529\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1529(2004))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1542**, 30 abr. 2004b. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1820**, 19 jun. 2008. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1820\(2008\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1820(2008))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1888**, 30 set. 2009. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1888\(2009\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1888(2009))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1889**, 5 out. 2009. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1889\(2009\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1889(2009))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 1960**, 16 dez. 2010. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1960\(2010\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1960(2010))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 2106**, 24 jun. 2013. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2106\(2013\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2106(2013))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 2122**, 18 out. 2013. Disponível em: <[<http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2122\(2013\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2122(2013))>. Acesso em: 19 de mar. de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU destaca papel das organizações de mulheres na prevenção e resolução de conflitos**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/onu-destaca-papel-das-organizacoes-de-mulheres-na-prevencao-e-resolucao-de-conflitos/>>. Acesso em: 19 de nov. de 2015.

REBELO, Tamyá Rocha. **Estratégias de igualdade de gênero nas operações de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. 2011. 128 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2011.

RIAL, Juan. Gender Perspective in na Integrated Mission: The Case of Minustah in Haiti. IN: DONADIO, Marcela (Org.). **Engendering Peacekeeping: The Cases of Haiti and Republic Democratic of Congo**. Argentina: RESDAL, 2013.

SALVADOR, Caroline Alves. **O Brasil e as Operações de Paz nas Nações Unidas**. Relatório de Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa: 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Haiti: humanitarismo e política internacional**. Meridiano 47 n. 114, jan. 2010. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/2010/01/18/haiti-humanitarismo-e-politica-internacional-por-jose-flavio-sombra-saraiva/>>. Acesso em 20 de abr. de 2015.

## Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

---

SEITENFUS, Ricardo. De Suez Ao Haiti: A Participação Brasileira Nas Operações de Paz. IN: **O Brasil e a Organização das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2008.

'Sexo oral por biscoitos': As denúncias de abuso sexual contra soldados e funcionários da ONU. **BBC Brasil**. 6 mar. 2016. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160304\\_denuncia\\_abuso\\_onu\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160304_denuncia_abuso_onu_fn)>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

UNITED NATIONS. **MINUSATH Background**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Gender Statistics**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL NETWORK OF FEMALE POLICEMAKERS. **Why Female Police Peacekeepers**. Disponível em: <<http://womenspoliceinternational.org/why-female-police-peacekeepers/>>. Acesso em: 19 de nov. de 2015.